

TENDÊNCIAS DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL: ANÁLISE DA PRODUÇÃO EM EVENTOS CIENTÍFICOS DE COMUNICAÇÃO (2022-2023)

Research trends in Communication and Race Relations in Brazil: analysis of production in scientific communication events (2022-2023).

Tendencias de investigación en Comunicación y Relaciones Raciales en Brasil: análisis de la producción de eventos científicos de comunicación (2022-2023).

Paulo Victor Purificação Melo¹

DOI: doi.org/10.31501/esf.v1i28.14684

Resumo: A partir de um mapeamento sistemático e da análise de conteúdo de trabalhos publicados em eventos nacionais de comunicação, este trabalho discute a produção científica sobre Comunicação e Relações Raciais no Brasil. Conclui-se que há um processo de consolidação das iniciativas articuladas sobre comunicação e relações raciais no país, como expressão de resistência ao epistemicídio e fruto da mobilização de pesquisadores(as) da diáspora africana e das políticas afirmativas de acesso à educação.

Palavras-chave: Comunicação. Relações Raciais. Racismo. Epistemicídio. Pensamento Afrodiaspórico.

Abstract: Based on a systematic mapping and content analysis of papers published in national communication events, this paper discusses scientific production on Communication and Race Relations in Brazil. It concludes that there is a process of consolidation of articulated initiatives on communication and race relations in the country, as an expression of resistance to epistemicide and the result of the mobilization of researchers from the African diaspora and affirmative policies for access to education.

Keywords: Communication. Race Relations. Racism. Epistemicide. Afrodiasporic Thought.

Resumen: A partir de un mapeo sistemático y de análisis de contenido de trabajos publicados en eventos nacionales de comunicación, este trabajo discute la producción científica sobre Comunicación y Relaciones Raciales en Brasil. Se concluye que hay un proceso de consolidación de iniciativas articuladas sobre comunicación y relaciones raciales, como resistencia al epistemicidio y como resultado de movilización de investigadores de la diáspora africana y de políticas afirmativas de acceso a la educación.

Palabras-clave: Comunicación. Relaciones Raciales. Racismo. Epistemicidio. Pensamiento Afrodiaspórico.

¹ Doutor, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal. paulomelo@fcsb.unl.pt | <https://orcid.org/0000-0002-3985-4607>



Introdução e notas metodológicas

Ainda que com resistências e com uma espécie de atraso histórico, a discussão sobre o epistemicídio, e sobretudo sobre a sua superação, tem conquistado cada vez mais espaço nos fóruns acadêmicos no Brasil. Na área da comunicação, esse processo ganhou fôlego nos últimos anos com a criação de grupos de trabalho/pesquisa dedicados à investigação sobre comunicação e relações raciais em importantes associações científicas nacionais. A título de exemplo, a partir de 2020 foram criados o Grupo de Pesquisa Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico na Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação; o Grupo de Trabalho Comunicação, Raça e Interseccionalidades na Compós – Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação; o Grupo de Trabalho Mídia, Gênero e Raça na Compolítica – Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política; e o Grupo de Trabalho Estudos Críticos sobre Gênero, Raça e Identidade na Ulepcc Brasil – União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura.

Desde então, seis edições de congressos/encontros nacionais foram realizadas por essas associações, com a apresentação de trabalhos nos grupos mencionados acima. Há temáticas de interesse dos investigadores(as) que pesquisam comunicação e relações raciais que se destacam nesses trabalhos? Quais instituições – e onde elas estão localizadas – têm produzido mais trabalhos sobre comunicação e relações raciais no país? É possível identificar conceitos mais mencionados? Quais são os(as) autores(as) e obras mais referenciados nos trabalhos analisados?

Essas são algumas das perguntas motivadoras deste texto, que foi desenvolvido a partir de uma triangulação metodológica que envolveu:

a) Revisão Bibliográfica sobre epistemicídio, sobretudo as formulações de Ramose (2011), Carneiro (2015, 2018) e Noguera, Duarte & Ribeiro (2019), e sobre as marcas e implicações do epistemicídio na produção científica na área das comunicações, a partir das contribuições de Guena, Silva & Santos (2022);

b) Mapeamento Sistemático, entendido como um método que objetiva identificar as evidências disponíveis do que se pesquisa e/ou se pretende conhecer (Falbo, 2017);

c) Análise de Conteúdo, que, segundo Bardin (2011), tem como função primordial o desvendar crítico sobre o texto ou discurso investigado, a partir de três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

Em relação ao Mapeamento Sistemático, o trabalho percorreu as seguintes fases, conforme indicadas por Falbo (2017): definição do objetivo, definição do protocolo de pesquisa, identificação e seleção dos estudos, extração e síntese dos dados, descrição e avaliação dos resultados.

Com base nessa perspectiva, e considerando que o objetivo foi identificar tendências na produção científica sobre Comunicação e Relações Raciais no Brasil, o protocolo de pesquisa estabelecido foi a análise de trabalhos publicados em anais de eventos científicos da área da Comunicação. Para a seleção dos estudos, definiu-se pela escolha de artigos publicados em Grupos de Trabalho ou Pesquisa dedicados especificamente à temática racial em quatro eventos recentes: 45º Congresso Nacional da

Intercom (2022), IX Encontro da Ulepícc-Brasil (2022), X Congresso da Compolítica (2023) e 32º Encontro Anual da Compós (2023). Deste modo, o *corpus* de análise incluiu 67 trabalhos científicos.

Ainda em relação às fases do Mapeamento Sistemático, a extração e síntese dos dados foi realizada a partir de um formulário *online* em que foram registradas informações sobre os trabalhos, sendo a descrição e avaliação dos resultados feita com auxílio da *Voyant Tools*, plataforma de código aberto que possibilita a análise de textos digitais.

Para as fases de extração e síntese do *corpus*, recorreu-se a uma Análise de Conteúdo dos títulos, resumos, palavras-chave e conclusões (ou considerações finais) de todos os trabalhos², de modo a identificar temas e conceitos predominantes e de interesse dos(as) investigadores.

É importante sublinhar ainda que, em termos teóricos, além da discussão sobre epistemicídio, o artigo tece apontamentos sobre uma resistência afrocentrada que busca justamente a sua superação e a visibilização de outras epistemologias.

Epistemicídio e Comunicação

Este trabalho se insere no conjunto de reflexões que buscam discutir as marcas do epistemicídio negro no Brasil, entendido aqui como um “processo contínuo de anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados” (Carneiro, 2005, p. 97) e produzido por “diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento” (idem, *ibidem*).

² A exceção foi o IX Encontro da Ulepícc, visto que nos Anais deste evento não foram disponibilizados os textos completos.

O epistemicídio permite um sequestro da razão em duplo sentido: através da negação da racionalidade do grupo colocado como outro ou pela assimilação cultural que lhe é imposta. Através da primeira situação, a população negra foi desconsiderada como capaz de produzir e possuir conhecimento, o que certamente fez com que sua vivência no tempo histórico fosse diferente de grupos impostos como elite, pois, apesar de ela até poder se configurar como objeto de estudo, seus conhecimentos próprios não eram legitimados. Além disso, como tal população era visualizada como carente de conhecimentos, havia a violência da assimilação. Ela precisava ser enquadrada nos parâmetros ocidentais de conhecimento. O conceito de epistemicídio, permite-nos tomá-lo para compreender as múltiplas formas em que se expressam as experiências vividas pelos negros em relação à educação, e a produção do conhecimento no geral e, sobretudo, as desigualdades raciais nesse campo (Carneiro, 2005, p. 98).

Em outra obra, a autora define o epistemicídio como um dos dispositivos mais eficazes e duradouros da dominação étnico-racial, “pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, (...) de seus membros como sujeitos do conhecimento” (Carneiro, 2008, p. 96).

Analisando a questão a partir de um outro território, Ramose (2011) demonstra que o epistemicídio tem relação direta com o colonialismo, que tem como pilares a dominação cristã e a crença europeia de que os seus homens brancos eram os detentores exclusivos do pensamento racional. Assim, estavam legitimadas as ideias de que os africanos eram não-humanos e, portanto, não tinham a capacidade de pensamento.

Na resistência à afirmação colonial, o autor lembra que “os povos africanos não se consideravam subumanos. Com base nisto, eles resistiram à filosofia colonial de degradação. Eles lutaram, e continuam lutando, para afirmar seu estatuto ontológico de seres humanos” (Ramose, 2011, p. 3).

A relação entre epistemicídio e colonialismo é também abordada por Noguera, Duarte & Ribeiro (2019), ao discutirem o conceito de racismo epistêmico como uma consequência direta do racismo no processo educacional brasileiro, considerando o desenvolvimento da ciência sob a égide um hegemonismo epistêmico centrado na produção europeia e ocidental.

O epistemicídio perpetrado uma desqualificação estética, ética, intelectual e espiritual de todos os povos não-europeus. Afinal, além do domínio e colonização dos corpos e das terras, os europeus se esforçaram por efetivar o domínio e a colonização da informação e do conhecimento. Todos esses processos estabeleceram relações assimétricas que favoreceram a discriminação negativa e a desqualificação das produções intelectuais dos povos africanos e de seus descendentes¹⁷. Foram sucessivos ataques que criaram essa perspectiva de ausência de filosofia fora da Europa (Noguera, Duarte & Ribeiro, 2019, p. 440-441).

O epistemicídio a que se referem os autores citados anteriormente apresenta as suas marcas também na produção de conhecimento sobre comunicação. Tomando por base a crítica feita por Sodré (2014) sobre a imersão das estruturas comunicacionais na lógica financeira, Guena, Silva & Santos (2022) enfatizam que há, historicamente, uma predominância de epistemologias hegemônicas nas

pesquisas da área, que teve como um dos resultados a ausência do debate racial nos fóruns acadêmicos de comunicação.

Resistência intelectual afrocentrada

Apesar disso, e na resistência a isso, as autoras compreendem que, nos últimos anos, a área da comunicação tem sido alvo de críticas e iniciativas que a conduzem para “mudanças epistemológicas, sobretudo para estudos em relação às discussões sobre racismo, antirracismo e hierarquias raciais, sinalizando para uma mudança de rumos” (Guená, Silva & Santos, 2022, p. 4).

Essas mudanças representam também uma efetivação do que Guená & Santos (2022) propõem como “expulsão programada do racismo estrutural da comunicação”, que tem a ver como um “ativismo propositivo”, com a produção de iniciativas e processos de democratização da comunicação por uma perspectiva antirracista e com a aproximação com outras epistemologias.

A respeito disso, vale enfatizar que o conjunto de iniciativas em curso não se limita à Comunicação, mas tem a ver com um contexto mais amplo de incidências da intelectualidade e do movimento negro na educação superior. Diferentes autores e autoras, que estudam a história e os impactos das políticas afirmativas no Brasil, a exemplo de Gomes (2010) demonstram que há uma progressiva mudança paradigmática no lugar ocupado por pessoas negras na produção científica.

A inserção de negros e negras no campo da pesquisa científica e da produção do conhecimento, não mais como objetos de estudo, mas como sujeitos que possuem e produzem conhecimento, faz parte da

história de lutas sociais em prol do direito à educação e ao conhecimento, assim como da luta pela superação do racismo (Gomes, 2010, p. 493).

Nesse processo de mudança, diversas medidas têm sido fundamentais, todas diretamente realizadas ou pautadas e reivindicadas pelo movimento social negro, como a criação dos chamados “cursinhos pré-vestibulares” (ou, mais recente, preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio), a ampliação do debate sobre as políticas afirmativas, os resultados exitosos das cotas no ensino superior, que possibilitaram a demonstração da importância desta política, a ponto de ter sido atualizada e melhorada em 2023.

Como expressão dessa mudança, o acesso de pesquisadores e pesquisadoras à universidade, a articulação por políticas afirmativas de permanência e a atuação de negros e negras como docentes, tem desencadeado a produção de outras epistemologias, calcadas numa resistência afrocentrada que tensiona o epistemicídio, provoca fissuras nos ambientes acadêmicos e contribui para a atuação política do movimento social negro.

Um dos aspectos positivos desta inserção dos(as) negros(as) no meio acadêmico enquanto docentes é o fato de atuarem como sujeitos de seu próprio conhecimento científico e ocupar lugar de destaque no cenário acadêmico local e nacional, nas associações de pesquisa, na formação de professores e em órgão de gestão governamental (nacional, estaduais e municipais), o que tem proporcionado a produção de um tipo de conhecimento diferente do então produzido nas universidades brasileiras (...) Ao realizarem pesquisas com a temática étnico-racial, este grupo de intelectuais negros(as), acima de tudo, assume a

questão racial como uma questão social, política demandada na luta antirracista na universidade (...) buscando mapear, problematizar, analisar e produzir conhecimento com objetivo de dar visibilidade a subjetividades, desigualdades, silenciamentos e omissões em relação a determinados grupos sociorraciais e suas vivências (Oliveira, 2016, p. 109).

Na área da Comunicação, a produção dessas outras epistemologias tem encontrado espaço, sobretudo como potencializador de construções coletivas, na institucionalização de grupos de trabalho ou pesquisa que tenham a intelectualidade negra – e os seus temas de pesquisa – como vozes prioritárias, como é o caso do GP Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico na Intercom, do GT Comunicação, Raça e Interseccionalidades na Compós, do GT Mídia, Gênero e Raça na Compolítica, e do GT Estudos Críticos sobre Gênero, Raça e Identidade na Ulepicc Brasil.

Apresentação e discussão dos resultados

O primeiro apontamento sobre a análise diz respeito à distribuição dos trabalhos em categorias temáticas, que foram estabelecidas tomando em consideração a identificação dos objetivos e abordagens dos artigos, chegando-se a 14 categorias, conforme detalhado na Tabela 1. Esta categorização, importa frisar, não é estanque nem determinista, mas expressa uma proposta no sentido de aproximação dos trabalhos com maiores possibilidades de diálogo entre si.

TABELA 1

Categorias de sistematização dos trabalhos analisados

Categoria	Temáticas abordadas
Ações afirmativas	Ensino das relações étnico-raciais na Comunicação; formação de professores(as); pós-graduação e lógica meritocrática.
Artes e Estéticas	Yoga decolonial; práticas de cuidado e raça; representação de figuras sacras; patrimônio e colonialidade; histórias em quadrinhos.
Audiovisual e representações	Representações raciais e sociais no cinema e no documentário; análise de personagens fílmicos pela perspectiva da identidade.
Cobertura jornalística	Acontecimento; discurso jornalístico sobre questões raciais; invisibilidade de grupos racializados em programas de TV.
Comunicação e Territórios	Mulheres quilombolas e acesso às tecnologias de informação; literacia digital em zonas rurais; tecnologias ancestrais.
Comunicação política	Análise de imagem pública; participação feminina na política; estratégias de visibilidade político-eleitoral.
Comunicação e Trabalho	Mídia e patriarcado; feminização do trabalho; presença/ausência de jornalistas negros(as).
Desinformação e discursos de ódio	Regime de credibilidade na informação; medo online; objetificação de grupos sociais e raciais na internet; necropolítica; racismo algorítmico.
Discursos publicitários	Análise da questão racial em campanhas publicitárias governamentais.

Epistemologia	Propostas e revisões conceituais; diálogo entre teorias; formulações teórico-metodológicas para a comunicação.
Mídia e representações	Diversidade nos meios de comunicação; representação de mulheres negras; presença de indígenas como fontes jornalísticas; produção de estereótipos.
Midiativismos	Produção de mídias negras; atuação de mulheres indígenas na comunicação; feminismo e ativismo digital; jornalismo decolonial; ciberquilombismo; arte e mídia.
Políticas públicas	Mapeamento de agentes do cinema; Propostas de produção legislativa para o setor.
Produção científica	Análise de produção intelectual; circuitos e circulação do conhecimento.

FONTE – Elaborado pelo autor (2023)

De um modo geral, foi possível constatar um equilíbrio entre as questões investigadas nos trabalhos analisados, com um destaque para as categorias Epistemologia (11) e Midiativismos (9), que congregaram uma quantidade maior de artigos. No sentido contrário foram identificados poucos trabalhos nas categorias Comunicação e Territórios (3), Produção científica (3), Comunicação e Trabalho (2), Política Públicas (2) e Discursos publicitários (1). Todas as demais categorias agruparam entre cinco e seis artigos.

Ainda sobre o escopo temático, o detalhamento de conceitos mais frequentes, como indicado na Figura 1, possibilita um entendimento mais apurado da diversidade de interesses de pesquisa.



Figura 1 - Nuvem de palavras com conceitos mais frequentes (elaborado pelo autor, utilizando a plataforma Voyant Tools, 2023)

Com base na análise realizada dos resumos dos trabalhos, os conceitos abordados como referência principal em cada trabalho foram: interseccionalidade (6), racismo estrutural (6), representação (5), ações afirmativas (4), midiatização (4), epistemicídio (3), branquitude (3), necropolítica (3) e reconhecimento (3).

De modo complementar, como expresso na Figura 2., a análise das palavras-chave permite a visualização sobre os objetos de pesquisa.



Figura 2 - Nuvem de palavras com as palavras-chave (elaborado pelo autor, utilizando a plataforma Voyant Tools, 2023)

Outra questão de interesse foi identificar os(as) autores(as) mais referenciados nos artigos analisados. Na Tabela 2 estão listadas as referências utilizadas em maior quantidade de trabalhos.

TABELA 2

Quadro com frequência do referencial teórico mais citado

Ordem	Autor/Autora	Trabalhos que o(a) referenciam
1	Muniz Sodré	26
2	Patrícia Hill Collins	19
3	Silvio Almeida	18
4	bell hooks	17
5	Grada Kilomba	16
6	Stuart Hall	16

7	Frantz Fanon	14
8	Achille Mbembe	13
9	Sueli Carneiro	13
10	Kabengele Munanga	12

FONTE – Elaborado pelo autor (2023)

No tocante aos locais de produção dos artigos, observou-se uma concentração em universidades dos estados do Rio de Janeiro (13), Bahia (11), São Paulo (9), Minas Gerais (7), Paraná (7) e Rio Grande do Norte (4), o que representa 76,11% dos trabalhos publicados nos Anais dos quatro eventos científicos analisados. Por outro lado, verificou-se a presença de poucos estudos nas regiões Centro-Oeste (3, sendo 2 do Distrito Federal e 1 do Mato Grosso) e Norte (1, no estado do Pará). Outros 12 estados não tiveram nenhum trabalho³.

Dentre as universidades com maior quantitativo de artigos, destacam-se: Universidade Federal Fluminense (9), Universidade do Estado da Bahia (5), Universidade Federal da Bahia (5), Universidade de São Paulo (4), Universidade Federal de Minas Gerais (4), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (4) e Universidade Estadual de Londrina (4), responsáveis por 52% da produção analisada neste trabalho.

³ Santa Catarina, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Piauí, Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima e Tocantins.
Purificação Melo, P. V. Tendências de pesquisa em comunicação e relações raciais no Brasil: análise da produção em eventos científicos de comunicação (2022-2023).

Considerações

A análise dos 67 artigos apresentados em quatro eventos nacionais recentes da área da comunicação permite concluir que os estudos sobre comunicação e questões raciais no Brasil apresentam múltiplas abordagens e interesses de investigação que podem ser agrupadas em dois eixos principais: um dedicado a reflexões sobre discursos, conteúdos e estruturas comunicacionais que (re)produzem o racismo, seja na radiodifusão, na mídia impressa ou nas plataformas digitais; e outro centrado em iniciativas, produções e narrativas geradas por coletivos racializados e comprometidos com a agenda antirracista, sobretudo no ambiente digital.

A predominância de autores(as) da diáspora africana como referências teóricas mais citadas, e a prevalência de conceitos por eles(as) formulados, sinaliza também o entendimento dos(as) autores(as) dos trabalhos examinados sobre a importância do protagonismo de referências críticas ao pensamento colonial, afirmando-se, assim, a perspectiva antirracista.

Deste modo, compreende-se que há em curso, conforme proposto por Guena e Santos (2022), um processo de “expulsão programada do racismo estrutural da comunicação” – ao menos na produção científica, sendo um dos desafios para o futuro próximo a realização de estudos sobre a relação entre comunicação e relações raciais em outros territórios, a exemplo das regiões Norte e Centro-Oeste do país, bem como em um número mais ampliado de universidades.

No texto “Sobre a legitimidade e o estudo da filosofia africana”, Ramose (2011) diz que o seu trabalho é uma “continuação do esforço” dos povos africanos em afirmar o seu estatuto ontológico de seres humanos. A produção de pesquisadoras e pesquisadores negros e negras, descendentes dos

povos africanos, em espaços de discussão científica da comunicação no Brasil, é também uma continuação do mesmo esforço.

Vale mencionar que esse esforço teve início há décadas, mas foi potencializado a partir da criação de grupos específicos para o debate sobre a relação entre comunicação e questões raciais no interior de associações científicas da comunicação, como expressão da mobilização de pesquisadores e pesquisadoras negros(as) no sentido de sistematizar e articular produções que, em conjunto, visam a superação do epistemicídio no campo da comunicação no Brasil.

Por fim, é fundamental destacar que essa mobilização não pode ser compreendida desconsiderando as políticas afirmativas na educação superior pública no país, sobretudo a política de cotas raciais para ingresso nas universidades e institutos federais de educação, que completaram uma década este ano, e as iniciativas, já implementadas por alguns programas de pós-graduação, de cotas para pessoas negras e indígenas em cursos de mestrado e doutorado. Não menos importante, é essencial afirmar que essas políticas resultam de reivindicações de décadas das organizações do movimento negro.

Referências

Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.

Carneiro, A. S. (2005). *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. [Tese, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo]. Repositório da Produção USP.

<https://repositorio.usp.br/item/001465832>

Carneiro, A. S. (2018). *Escritos de uma vida*. Letramento.

Falbo, R. A. (2017). *Mapeamento Sistemático*.

<http://claudiaboeres.pbworks.com/w/file/133747116/Mapeamento%20Sistem%C3%A1tico%20-%20v1.0.pdf>

Gomes, N. L. (2010). Intelectuais negros e produção de conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In Santos, B. de S.; Meneses, M. P. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, p. 492-516.

Guená, M., & Santos, C. (2022). Expulsão do racismo estrutural da comunicação: da utopia à realidade. *Extraprensa*, 15(Especial), 119-135. <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/194387>

Guená, M., Silva, A. R. da, Santos, C. (2022). *Relações raciais e comunicação: análise da produção intelectual da Intercom (1998- 2021)*. 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. João Pessoa, Paraíba, Brasil.

<https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2022/resumo/0809202210143262f25db852a6b>

Nascimento, A. (2016). *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Perspectiva.

Nogueira, R., Duarte, V., & Ribeiro, M. dos S. (2019). Afroperspectividade no ensino de filosofia: possibilidades da Lei 10.639/03 diante do desinteresse e do racismo epistêmico. *O que nos faz pensar*, 28(45), 434-451.

<https://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/ognfp/article/view/693>

Oliveira, O. F. de. (2016). Intelectualidade negra e produção do conhecimento na educação brasileira. *Ensaio e Pesquisa em Educação*, 1(1), 106-118. <https://periodicos.ufrj.br/index.php/repecult/article/download/585/585>

Ramose, M. (2011). Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana. *Ensaio Filosóficos*, IV, 6-23.

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5142876/mod_resource/content/2/04.%20mogobe_b._ramose_-_sobre_a_legitimidade_e_o_estudo_da_filosofia_africana.pdf

Sodré, M. (2014). *A ciência do Comum: Notas para o método comunicacional*. Vozes.